



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ - CEST
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RONEI MEZA DA SILVA

REFLEXÕES AO ENTORNO DA ESCRAVIDÃO

TEFÉ - AM
2018

RONEI MEZA DA SILVA

REFLEXÕES AO ENTORNO DA ESCRAVIDÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof^o Tenner Inauhiny de Abreu

TEFÉ - AM
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

MEZA, Ronei. **REFLEXÕES AO ENTORNO DA ESCRAVIDÃO**. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em História. Universidade do Estado do Amazonas/ UEA. Centro de Estudos Superiores de Tefé/ CEST.

p. 32.

Palavras-chave: Amazônia, escravo, negro.

RONEI MEZA DA SILVA

REFLEXÕES AO ENTORNO DA ESCRAVIDÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aprovado pela Comissão julgadora da Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Tefé CEST – UEA, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA

**Profº. Orientador: Tenner de Abreu
Universidade do Estado do Amazonas – UEA**

**Membro: Profº Dr Luciano Everton Costa Teles
Universidade do Estado do Amazonas – UEA**

**Membro: Profº Msc. Jubrael Mesquita da Silva
Universidade do Estado do Amazonas – UEA**

*Dedico A Deus,
a minha família pelo incondicional
apoio nesse momento intensamente
Importante em minha vida.*

*Aos professores do curso de História
com quem vivenciei experiências e
a conquista do conhecimento.*

Muito obrigado, Mestres!

*Ao prof. Tenner de Abreu, orientador,
que gentilmente trabalhou
para este momento*

“[...] os primeiros escravos africanos haviam sido introduzidos na Amazônia pelos ingleses, que pretendendo realizar um empreendimento agrário de vulto, constante, principalmente do plantio de cana para fabricação de açúcar e rum. Havia fundado feitorias na região situada entre a costa do Amapá...”

Neto (2012, p. 25)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso com o tema: “REFLEXÕES AO ENTORNO DA ESCRAVIDÃO”, tem com o objetivo principal compreender os acontecimentos históricos que refletem diretamente sobre a escravidão na região amazônica no período colonial. Especificamente: Conhecer os motivos para o ingresso do escravo negro na Amazônia; discutir as estruturas políticas escravocratas para região amazônica e identificar os elementos e o contingente de escravos negros durante o período colonial. Justifica-se ao propor uma síntese que possa enriquecer as discussões acerca da escravidão do negro na Amazônia, a partir do entendimento prévio de que o negro, sequer conhecia a região, foi incorporado a força por isso, é propício desvelar essa realidade a partir da análise na atual literatura histórica. A metodologia aplicada fundamenta-se na revisão documental e bibliográfica. Os resultados indicam que a escravidão negra na Amazônia Colonial, de fato tornou-se um acontecimento histórico, a literatura expõe que o negro ao adentrar a Amazônia na condição de escravo, tinha como foco, trabalhar na agricultura, ou seja, na monocultura da cana, matéria prima para a produção do açúcar, que era exportado em larga escala para o continente europeu.

Palavras-chave: Amazônia, escravo, negro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - O OURO NEGRO ALÉM DA ÁFRICA E A POLÍTICA ESCRAVAGISTA LUSITANA PARA O ESTADO DO BRASIL.....	13
1.2 AS DIVERSAS FORMAS DE COMERCIALIZAR ESCRAVOS NEGROS AFRICANOS A PARTIR DO SÉCULO XV.....	18
CAPÍTULO II - A INTRODUÇÃO DO NEGRO COMO MÃO DE OBRA ES CRAVA NA AMAZÔNIA.....	21
2.1 A ESCRAVIDÃO NA AMAZÔNIA COLONIAL.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32

INTRODUÇÃO

A diversidade cultural que aproxima a África e Brasil é um rico aspecto relacionado à formação étnica e social do nosso país. Entretanto, é preciso que se desvelem essa interação, tendo em vista que hoje, muitos dos hábitos, costumes e tradições são heranças dos negros escravizados e traficados no período colonial, isto é, entre o início do século XV até próximo do final do século XIX, e na Amazônia a escravidão negra deu-se a partir do século XVII.

A escravidão negra é uma discussão historicamente antiga em todas as cátedras por todo o Brasil, no entanto a escravidão negra na Amazônia ainda necessita de uma maior investigação, neste sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso com o tema: “A escravidão negra no Estado do Grão-Pará no século (XVIII), com o objetivo principal compreender os acontecimentos históricos que refletem diretamente sobre a escravidão na região amazônica no período colonial. Especificamente: Conhecer os motivos para o ingresso do escravo negro na Amazônia; discutir as estruturas políticas escravocrata para região amazônica e identificar os elementos e o contingente de escravos negros durante o período colonial.

Justifica-se ao propor uma síntese que possa enriquecer as discussões acerca da escravidão do negro na Amazônia, a partir do entendimento prévio de que o negro, sequer conhecia a região, foi incorporado na ‘marra’ por isso, é propício desvelar essa realidade a partir da análise na atual literatura histórica. Isso porque, além, de escravos sofreram com a discriminação étnica, com base na cor da pele, uma imagem negativa, que também acabou se tornando uma das muitas heranças culturais dos portugueses, que até os dias de hoje, marca negativamente a realidade do negro em todo território brasileiro, e aqui na Amazônia não é diferente.

A metodologia aplicada fundamenta-se na revisão documental e bibliográfica. O método documental é marcado pela revisão em fontes documentais que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, e que também não foram publicadas oficialmente, porém, indica riqueza de informações para o pesquisador, principalmente o pesquisador histórico. Os documentos nos fazem mergulhar na fonte de um evento. “[...] outra vantagem é o baixo custo e a desnecessidade de contato com os sujeitos da pesquisados.” (LAKATOS, 2013, p. 79). A abordagem bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, exemplo: livros e periódicos. É a mais indicada para estudos históricos devido a facilidade concreta de dados. Alertasse quanto à qualidade das fontes, nem tudo que é aparentemente bem escrito contém informações válidas (CHIZZOTI, 2011). Esta é uma pesquisa com dinâmica qualitativa, ou seja, há uma relação entre o mundo real, que não pode ser traduzido em números. A interpretação do objeto e a atribuição de significados básicos.

Os resultados indicam que a escravidão negra na Amazônia Colonial, de fato tornou-se um acontecimento histórico, a literatura expõe que o negro ao adentrar a Amazônia na condição de escravo, tinha como foco, trabalhar na agricultura, ou seja, na monocultura da cana, matéria prima para a produção do açúcar, que era exportado em larga escala para o continente europeu. Assim, coube a Amazônia a substituição em relação às Índias a produção de especiarias, dentre as quais o açúcar. O negro também foi empregado na Pecuária, na criação de gado, principalmente no Estado do Pará. O negro foi também a força motriz de outras ocupações escravas, por exemplo: jornaleiro, servente, faxineiro, etc., todas profissões que exigiam esforço físico.

Este Trabalho de Conclusão de Curso é constituído em dois capítulos. O primeiro capítulo com o título: O ouro negro além da África e a política escravagista lusitana para o Estado do Brasil, e subtítulo: As diversas formas de comercializar escravos negros africanos a partir do século XV. No segundo capítulo com o título A introdução do negro como mão de obra escrava na Amazônia e subtítulo A escravidão na Amazônia Colonial.

CAPÍTULO – I

O OURO NEGRO ALÉM DA ÁFRICA E A POLÍTICA ESCRAVAGISTA LUSITANA PARA O ESTADO DO BRASIL

Para compreender a história da Escravidão Negra na Amazônia a partir do século XVII se faz importante, analisar as origens desse episódio, que manchou as sociedades livres do continente africano, transformando os negros, de capturados a escravos, numa rapidez, ou seja, o negro, agora é denominado ouro negro, rentável moeda de comércio com lucro certo, tornando o Brasil, na época colônia lusitana, um dos principais “berços” de imensas quantidades de negros, que de forma desumana passaram a trabalhar nas lavouras de café, açúcar, na extração de minérios, ou confinados as senzalas.

Desde os tempos mais antigos alguns homens escravizaram outros homens, que não eram vistos como seus semelhantes, mas sim como inimigos ou inferiores. A maior fonte de escravos sempre foram às guerras, com os prisioneiros sendo postos para trabalhar ou sendo vendidos pelos vencedores. Mas um homem podia perder seus direitos de membro da sociedade por outros motivos, como condenação por transgressões e crimes cometidos, impossibilidade de pagar as dívidas, ou mesmo de sobreviver independentemente de pagar dívidas, ou mesmo de sobreviver independentemente por falta de recursos. Pelo menos era assim na África, onde acontecia de pessoas se entregarem como escravos a quem pudesse salvar a si e a sua família da morte por falta de alimento, caso à seca ou os gafanhotos tivessem arruinado toda a colheita (RAMOS, 1994).

Se considera a escravidão como: situação na qual a pessoa não pode transitar livremente nem pode escolher o que vai fazer, tendo pelo contrário, de fazer o que manda seu senhor; situação na qual a pessoa pode ser castigada fisicamente

e vendida caso seu senhor assim ache necessário; situação na qual o escravo não é visto como membro completo da sociedade em que vive, mas como ser inferior e sem direitos, então a escravidão existiu em muitas sociedades africanas bem antes de os europeus começarem a traficar escravos pelo oceano Atlântico.

Nas sociedades organizadas em torno dos chefes de linhagens, em aldeias ou federações de aldeias, podiam viver estrangeiros, capturados em guerras ou trocados por produtos como sal e cobre, que eram subordinados a um senhor e podiam ser chamados de escravos. Eles podiam ser castigados ou vendidos e tinham de fazer o que o seu senhor determinasse. Dava-se preferência a mulheres, que cultivavam a terra, preparavam o alimento e tinham filhos. Os filhos das escravas com homens livres da família do seu senhor ou com ele mesmo geralmente eram escravos. A princípio não tinham os mesmos direitos dos filhos de mulheres livres, trazendo a marca da escravidão, mas antes de cada geração esta ia diminuindo, até desaparecer. Ter escravos que aumentassem a capacidade de trabalho e de reprodução da família era uma forma de uma linhagem se fortalecer diante das outras (LOPES, 2006, p. 41).

Capturar e escravizar, nesse sentido, tornara-se algo comum, dominadores e dominantes, uma sociedade que era imposta as regras de conduta aos escravos. Senhores tinham o poder político para decidir. A mulher nesse modelo de sociedade escravagista era escravizada duas vezes, como serva pelo resto de sua vida nas lavouras e também reprodutoras de novos escravos. Os homens, intensamente castigados, muitos morriam, acabavam não resistindo à crueldade. Se para o escravo negro homem a situação era de sofrimento e dor, este aspecto acentuava-se no caso da mulher negra.

Havia uma hierarquia na condição de escravo que ia desde o mais desprezado, como aquele que fazia os serviços desagradáveis e extenuantes como trabalhar no campo e carregar cargas, até o que ocupava postos de responsabilidade e era admirado pelos seus talentos. O que fazia deste último um escravo, apesar do seu prestígio, era o fato de, por ser estrangeiro, não ter laços de parentesco ou solidariedade na sociedade em que vivia, na qual só era reconhecido como membro na qualidade de subordinado a um senhor. Não fossem a proteção deste e as oportunidades dadas por ele, o escravo não seria ninguém; por isso mantinha-se fiel a ele. Se o traísse e escapasse com vida, seria reduzido ao último nível da escala social (CASCUDO, 2001).

Contornando lentamente a costa africana, aprendendo a navegar em mares onde nenhum homem havia estado antes, com novas embarcações, novos instrumentos de navegação e conhecimentos, os portugueses foram os pioneiros

entre os europeus no contato com povos da África ocidental e central. Além de chegar as Índias, queriam cumprir sua missão de propagadores do Cristianismo. Naquela época era na religião que as pessoas buscavam explicações para as coisas, e os reis eram amados e respeitados acreditando todos que haviam sido escolhidos por Deus para ocuparem tal posição. Ao conquistar os mares e atingir um grande poder imperial em torno de 1500, o reino de Portugal justificou o seu direito de se apossar de terras e subordinar populações com o argumento de estar levando a mensagem de Cristo e a salvação eterna para todos, nesse sentido, Guimarães (2002, p. 21) expõe a seguinte opinião:

[...] Nas paradas, os portugueses negociavam com as populações locais e seqüestravam pessoas que chegavam às praias, levando-as para navios para serem vendidas como escravas. Tal ato era justificado pelo fato de esses povos serem infiéis, seguidores das leis de Maomé, considerados inimigos, portanto, podiam ser escravizados [...] dessa forma, os portugueses acreditavam estar fazendo um grande serviço aos africanos que escravizavam e levavam para Portugal ou lugares que começavam a colonizar...

A justificativa era simples para cometer um ato desproporcional como escravizar pessoas, com bases em uma dúvida, torpe, completamente equivocada ação. Não se escraviza em nome de Deus, até porque, Deus nos fez para sermos livres, portanto, a escravidão na África, tendo como pioneiros os portugueses já se iniciou fundamentada em uma mentira descabida, como se comprova nas palavras do autor acima.

Depois dos horrores da travessia do Atlântico, amontoados em porões imundos de navios, comendo e bebendo o mínimo, vendo companheiros de viagem morrer em razão de doenças e maus-tratos, certos de que não era um bom destino que os esperava, os africanos eram levados a galpões e mercados nos quais eram postos a venda. Antes disso eram tratados de suas doenças, recebiam comida melhor e começavam a se informar sobre o que os esperava com africanos que haviam chegado antes.

Nos navios os companheiros de viagem já tinham estabelecido laços entre si, descobrindo formas de se comunicar, aprendendo uns a língua dos outros, tornando-se malungos, nome pelo qual passavam a se tratar os companheiros da terrível travessia. Algumas vezes grupos de uma mesma aldeia continuavam juntos, mas a norma era a pessoa se ver sozinha, o que o levava a procurar outras pessoas com as quais pudesse compartilhar

suas dolorosas experiências e nas quais pudesse encontrar algum apoio (SOUZA, 2009, p. 74).

Os senhores chamavam os africanos recém-chegados, que ainda não entendiam nem falavam a língua portuguesa, também não conheciam os costumes da terra. (Chamavam de boçais) Quando os africanos negros aprendiam a língua portuguesa e os costumes da nova terra, se mostravam obedientes aos seus senhores e desempenhavam bem as tarefas que lhes eram atribuídas, passavam a ser chamados de ladinos. Já os crioulos eram os que haviam nascido no Brasil, tinham a língua portuguesa como sua primeira língua, quase sempre, eram batizados, e pelo menos diante dos senhores, se comportavam conforme os padrões portugueses, que pouco a pouco iam se tornando brasileiros (SOUZA, 2009).

Dos mercados nos quais eram negociados, os africanos partiam para onde os levassem seus senhores ou os comerciantes que os revendiam. Podiam ir para os engenhos, trabalhar nas plantações de cana, nas casas-grandes, ou em alguma atividade ligada ao processamento do açúcar. Podiam também ir para as minas, batear ouro nos rios ou procurar veios subterrâneos. Podiam ficar nas cidades, servindo e aprendendo algum ofício, tornando-se carpinteiros, alfaiates, barbeiros, sapateiros, vendedores ambulantes. Fosse à cidade grande ou pequena, costeira ou no interior, nela sempre haveriam escravos, empregados em uma variedade de funções necessárias ao seu funcionamento. No século XIX, a maioria era levada para trabalhar nas plantações de café, mas também as cidades, a essa altura maiores e com mais necessidade de trabalhadores, absorviam-nos em grande quantidade (SILVA, 1992).

Para o Brasil, vieram principalmente escravos africanos da costa da Mina e de Angola. A costa da Mina ficou conhecida por este nome por causa da fortaleza, ou castelo, de São Jorge da Mina. Nessa região, localizada entre as embocaduras dos rios Volta e Níger, atuavam todos os povos que traficavam escravos: holandeses, franceses, ingleses, portugueses, brasileiros e cubanos. Para o Brasil vinham escravos comercializados no golfo de Benin, com destaque para o porto de Ajudá, mas era de Angola que vinha a maioria, sob esta ótica, Cascudo (2001, p. 149), participa:

Além de iorubas e outros da costa ocidental, e de bantos da África central, mais para o fim do período do tráfico, no século XIX, também vieram para o Brasil, africanos negros, comerciados pelos pontos da costa oriental. Eram grupos bantos, mas bastante diferente daqueles traficados pela costa atlântica, e no Brasil ficaram conhecidos de forma genérica como moçambiques.

Se olharmos apenas para a atuação dos comerciantes portugueses no tráfico de africanos negros escravizados, podemos considerar três grandes momentos: um primeiro, de cerca de 1440 a 1580, quando africanos eram comerciados na costa da alta Guiné, a partir do apoio dado pelas ilhas do Cabo Verde, sendo vendidos na Europa, nas ilhas atlânticas, no Caribe e na América espanhola; um segundo momento, de cerca de 1580 a 1690, no qual a maior fornecedora de escravos era a África central, com o apoio da ilha de São Tomé e de São Paulo de Luanda; e um terceiro momento, de cerca de 1690 até o fim do tráfico no Brasil, em 1890, no qual os escravos comprados na costa da Mina vieram se somar aos centro-africanos que continuaram sempre chegando.

A independência política da colônia brasileira diante de Portugal em 1822 não trouxe mudanças nas formas de produção ou nas relações sociais que continuavam muito parecidas fundadas no trabalho escravo. No Brasil imperial do século XIX, o café foi o produto que trouxe riqueza a elite brasileira. Com as primeiras mudas introduzidas no século XVIII, seu cultivo se alastrou no século XIX, quando aumentou o consumo da bebida, até então restrito às elites. Antes plantado nos pomares, se adaptou ao vale do rio Paraíba, primeiro na Província do Rio de Janeiro e depois a de São Paulo. Nas fazendas produtoras de café todas as etapas do trabalho eram feitas por africanos escravizados: a derrubada da mata e o preparo do solo, o plantio e a limpeza dos cafezais, a colheita, o tratamento dos grãos e o seu acondicionamento em sacos (THORNTON, 2004).

O escravismo foi à principal forma de utilização do trabalho e esteve na base da organização da sociedade brasileira por mais de trezentos anos. Para sua manutenção, além da importância econômica (sendo a exploração do trabalho escravo a principal forma de acumulação de riqueza), foi montado um sistema de justificação e legitimação de escravização de seres humanos. Teólogos e juristas argumentam durante séculos a favor ou contra o trabalho escravo, mostrando por que a sua existência se justificava, ou por que não se justificava.

No que diz respeito à vida de todo o dia, a norma na sociedade brasileira era possuir escravos que fizessem os trabalhos pesados e desagradáveis e que trouxessem dinheiro para o seu senhor, que tinha apenas de mandá-los fazer as tarefas e confrontá-los. Todo aquele com o mínimo de condições, mesmo entre os mais modestos, tinham um ou mais escravos. Assim era a sociedade escravista brasileira: baseada numa relação de trabalho colonial que se manteve igual depois da independência política de Portugal, na qual os centros mais dinâmicos e capitalizados da economia dependiam do trabalho escravo, os intelectuais debatiam a legitimidade ou não da escravidão e todos os que podiam fazer uso dos escravos na sua vida cotidiana (THORNTON, 2004).

A abolição, como de resto a história do negro no Brasil, é um tema no qual os arautos da mentira encontram um farto material para falsear a verdade histórica. Ora, sabedores que somos de que a história do Brasil é em grande parte, a história da escravidão e da luta do negro pela liberdade, temos a obrigação de usar a escrita como instrumento de contestação ao falseamento ideológico, preconceituoso e racista, fruto de uma visão elitista, segregacionista e geradora do mito da democracia racial no Brasil (CONRAD, 1988).

É fato incontestado e, portanto, histórico que o negro foi trazido para o Brasil em atendimento aos interesses do homem branco, quer como mão-de-obra escrava, quer como mercadoria altamente lucrativa para os grupos mercantis e para o Estado metropolitano. Geradora de uma mentalidade escravista, a escravidão era justificada pela aviltante e infame idéia da inferioridade da raça negra. Infelizmente esta idéia ainda persiste em setores mais resistentes e refratários da sociedade brasileira. É preciso esclarecer que a abolição não foi um simples ato de bondade da elite política imperial, ou da princesa Isabel, como quer nos fazer crer a historiografia oficial. É preciso deixar claro que no processo abolicionista não se deve omitir a própria luta do negro, luta esta que, aliás, já se fazia presente desde a época colonial. A formação dos quilombos é um exemplo claro dessa luta (AMADO, 1988).

1.2 AS DIVERSAS FORMAS DE COMERCIALIZAR ESCRAVOS NEGROS AFRICANOS A PARTIR DO SÉCULO XV

De cerca de 1520 até 1870, isto é, durante 350 anos, várias regiões da África forneceram escravos para a América. Os primeiros foram trabalhar nas minas de

prata descobertas pelos espanhóis, sobretudo no Peru, e o metal era escoado pelo rio que lhe tomou o nome, passando a se chamar rio da Prata. Depois a produção de açúcar passou a exigir trabalhadores que a fizessem funcionar: primeiro no Brasil, depois no Caribe. O tabaco da Bahia, o algodão e o tabaco das colônias inglesas na América do Norte, depois o ouro e o diamante das minas do Brasil e mais tarde o café foram todos produzidos pelo trabalho africano escravo que esteve na base da construção da maior parte da América, assim, segundo Cascudo (2001, p. 101):

Isso permitiu a existência de regimes escravistas na América, foi o comércio de escravos, que instalou em partes da África valendo-se do interesse de comerciantes europeus por essa mercadoria tão especial. Logo nas primeiras décadas de contato entre europeus e africanos ficou claro que o escravo era, ao lado do ouro, cujo comércio não durou muito, a mercadoria mais valiosa...

Na costa oriental disputavam com os árabes e indianos o comércio em alguns portos, perto da ilha de Moçambique e na região do rio Zambese, mas aí o comércio de escravos para o Brasil só se tornou significativo no século XIX. Também na costa ocidental os portugueses logo perderam a primazia sobre a região e o direito de cobrar impostos de todos os que ali navegavam. Ingleses e franceses, no fim do século XVI, já disputavam entre si e com os portugueses os melhores portos da costa e faziam alianças com um ou outro chefe, começando a participar das rivalidades entre reinos e linhagens locais. “Os primeiros escravos negros foram desembarcados Brasil já na primeira metade do século XVI. Em 1570, haveria cerca de 2 a 3 mil negros em toda a colônia portuguesa.” (SCHNEEBERGER, 2006, p. 72).

No século XVII ao XIX a costa da Mina, ou golfo do Benin, foi uma das principais. Europeus e africanos aprendiam a língua e a maneira de comerciar um do outro, e regras iam sendo estabelecidas. Os navios chegavam da Europa, ou da América, carregados das mercadorias que tinham boa aceitação entre os comerciantes locais, e ancoravam nos portos nos quais já tinham parceiros, cujas regras e línguas eram conhecidas. A primazia dos portugueses no comércio com essa região fez que por muito tempo a sua língua fosse usada nos negócios, mesmo com comerciantes de outras nacionalidades (RAMOS, 1994).

As negociações envolviam várias etapas, eram lentas e com gestos cheios de significados simbólicos. Os navios tinham de pagar taxas de ancoragem, e os capitães ofereciam presentes para os chefes locais ou para representantes dos reis, que moravam no interior do continente. Estes geralmente eram presenteados com tecidos finos, com brocados, veludos e sedas, com botas de couro, chapéus emplumados, casacos agaloados, punhais e espadas trabalhadas, pipas de bebidas destiladas, cavalos e uma variedade de produtos que indicavam prestígio.

As trocas eram feitas aos poucos. Cada dia pequenas quantidades de escravos eram trocadas por tonéis de bebidas destiladas, tecidos da Índia e da Inglaterra, contas de vidros venezianas, utensílios de metal, armas, pólvora, cavalos, barras de ferro, conchas trazidas de ilhas do Índico, que cumpriam funções de moeda em sociedades da África ocidental. Em razão desse processo lento, um navio podia levar até seis meses para completar sua carga e voltar ao porto de origem (CASCUDO, 2001, p. 141).

Os navios que frequentavam os portos nos quais os governos europeus haviam construído fortalezas de pedra, ou mesmo barracões de barro e palha, pagavam taxas de ancoragem e comércio às nações europeias que os controlavam assim como os chefes do rio Senegal era domínio de franceses e holandeses, mas os territórios eram controlados por *jafolos*, *sereres* e *fulas*. Os portugueses mantinham a predominância na região da Guiné na altura do arquipélago do Cabo Verde, negociando com *beafadas*, *bijagós* e *bambaras*. (CASCUDO, 2001).

Do século XVI ao XIX o comércio de escravos na costa atlântica da África foi negócio entre comerciantes europeus e africanos, ou representantes dos reis africanos, pois na maioria das vezes eram estes os grandes fornecedores de escravos para os navios negreiros. As trocas eram feitas em alguns pontos da costa, seguindo regras estabelecidas principalmente pelas sociedades africanas.

Os comerciantes europeus agiam conforme era determinado nos locais de comércio; apesar disso, conseguiam ter alguma influência sobre os chefes locais, que passaram a depender cada vez mais das mercadorias estrangeiras. A ajuda militar que soldados europeus algumas vezes deram nas disputas entre diferentes povos africanos, o acesso a mercadorias que aumentavam o prestígio de quem as possuísse e principalmente o acesso a armas de fogo, mesmo bastante rudimentares, foram fatores que a tornaram chefias e os reinos africanos mais vulneráveis às pressões de fora, exercidas a partir do tráfico de escravos.

CAPÍTULO II

A INTRODUÇÃO DO NEGRO COMO MÃO DE OBRA ESCRAVA NA AMAZÔNIA

A literatura histórica acerca da introdução do negro através do doloroso processo de escravidão é um relato importante, que expõe uma diversidade de informações segundo, alguns pesquisadores, dentre os quais: Patrícia Melo Sampaio (2012) *“Espelhos Partidos”*; Ygor Oltinto Rocha Cavalcante (2015) *“Uma viva e permanente ameaça: resistências, rebeldias e fugas escravas no Amazonas Provincial”* e José Maia Bezerra Neto (2012) *“Escravidão negra no Grão-Pará nos séculos XVII-XIX”*.

Esta mesma literatura histórica aponta que o ingresso do escravo negro na Amazônia a partir da política lusitana deu-se a partir de um planejamento, que aos poucos começou a crescer envolvendo cifras também maiores, ou seja, um mercado lucrativo começou a se estabelecer a partir do século XV. Entretanto, de acordo com Neto (2012, p. 25), o primeiro registro de escravos negros na Amazônia ocorreu da seguinte maneira:

[...] os primeiros escravos africanos haviam sido introduzidos na Amazônia pelos ingleses, que pretendendo realizar um empreendimento agrário de vulto, constante, principalmente do plantio de cana para fabricação de açúcar e rum. Havia fundado feitorias na região situada entre a costa do Amapá...

A opinião de Neto (2012) é referente ao século XVII, trata-se de uma região litorânea, próxima ao Oceano Atlântico, um empreendimento, quer dizer, um

investimento até então inédito e ousado, pois, a intenção era fabricar açúcar e rum para atender o mercado europeu, assim, o negro, escravo, seria uma opção viável, pois, advinha de condições ambientais e climáticas bem parecidas, antes de se tornar escravo.

Em 1616, o governo mandou construir o fortim do Presépio, na região do delta amazônico, origem da cidade de Belém. Para concretizar a ocupação, o governo português separou administrativamente a região criando, em 1621, o Estado do Maranhão, que abrangia o território desde o Ceará até o Alto Vale Amazônico. Para ocupar a Região, até então uma das mais pobres do país, que corresponde ao atual estado do Maranhão, o governo criou a Companhia de Comércio do Maranhão, em 1681 (SCHNEEBERGER, 2006).

Ainda em relação o ingresso do escravo de origem negra na Amazônia, encontra-se outra opinião, que confirma o século XVII como o período de surgimento dos empreendimentos que seriam alimentados com a mão de obra africana como frisa Cavalcante (2015, p. 40):

[...] desde o final do século XVII homens e mulheres foram sangrados de suas terras natais, atravessaram compulsoriamente o Atlântico, para trabalharem, em geral, nas atividades agrícolas, nos serviços urbanos e nas atividades ligadas a extração dos produtos da floresta.

Vê-se que Cavalcante (2015) apresenta uma versão ou outra justificativa para o ingresso do escravo negro na Amazônia, isto é, para extrair/ coletar produtos oriundos da floresta, produtos estes que mais tarde seriam denominados de drogas do sertão: cacau, canela, etc., porém a intenção era econômica independentemente da justificativa, o que não fica claro na opinião de Cavalcante (2015) era quem os introduziu ingleses ou lusitanos. Na análise de Sampaio (2012, p. 80-81) à escravidão negra na Amazônia, não foi tão significativa sob o ponto de vista econômico:

A maioria dos trabalhos assegura que o uso da escravidão negra foi pouco significativo na economia amazônica do século XVII [...] carência de capitais, agregando-se ainda a existência de uma abundante população indígena passível de engajamento na produção através de formas de trabalho compulsório [...] número reduzido de escravos africanos...

Aqui, nota-se que apesar do ingresso do escravo de origem africana, não foi o suficiente para suplantarem o contingente de indígenas que também poderiam realizar

da mesma forma os serviços almejados pelos dominadores europeus. Vê-se também que, o número de negros africanos e escravos não conheciam a região, aspecto este que também demandaria tempo.

Outra discussão relevante recai sob a imensidão da região amazônica, pois, esta grandeza tornava-se um obstáculo para o desenvolvimento de uma política de ocupação humana. O desafio de Portugal era complexo, aos poucos, a Amazônia estava sendo pretendida por espanhóis, holandeses, ingleses e franceses, que adotavam a postura estratégica, visando, futuramente, a posse definitiva da região. Nesse sentido, Cavalcante (2015, p. 43) descreveu:

A região constituía-se num problema geopolítico na medida em que existia uma indefinição em relação aos limites dos domínios territoriais entre portugueses e espanhóis no contexto da unificação das Coroas Ibéricas, e mesmo as frequentes investidas de franceses, espanhóis, ingleses e holandeses na tentativa de empossarem-se dos ditos territórios...

A geopolítica das Coroas Ibéricas interferiu diretamente na configuração espacial e humana da região amazônica. Os interesses relativamente eram econômicos, no entanto, a intenção era de exploração de tudo que pudesse agregar lucro. Assim, introduzir escravos de origem negra seria uma opção viável.

A literatura histórica salienta que a escravidão negra na Amazônia de fato desenvolveu-se a partir da década de 1850, com a intensificação do tráfico interno de escravos, como argumenta Neto (2012, p. 73):

Somente com a proibição efetiva de comércio atlântico brasileiro de africanos escravizados, na década de 1850, o tráfico interno de escravos entre as diversas partes do Brasil passou a ganhar dimensão própria, ficando então usualmente conhecido como tráfico interprovincial dentro da história do Império...

A situação tornou-se difícil para vir da África em direção ao Brasil, precisamente Amazônia, novos escravos africanos negros, a solução, seria intensificar o tráfico internamente, mesmo que esta postura fosse contrária a política de libertação dos escravos em todo o mundo naquela época. Assim, o Brasil Império, prosseguiu com a escravidão, tornando-a um fenômeno interno, promovendo a migração forçada de escravos do Sudeste para o Norte, adentrando a Amazônia pela promissora cidade de Belém.

“Desde o século XVIII, negro entra no Pará em escala considerável e se destina para as lavouras de gêneros exportáveis: cana-de-açúcar, arroz, tabaco, algodão e cacau...” (NETO, 2012, p. 125). O autor indica que o negro foi inserido desde sempre, “na marra” no cenário amazônico, com um ofício definido, ou seja, uma atividade que exigia grande esforço físico, em meio a um ambiente desconhecido. O escravo, ao adentrar a Amazônia, era conduzido a uma colocação distante do principal centro da época, a cidade de Belém, porta de entrada para Amazônia. Assim, é notório, analisar o quantitativo absoluto de escravos negros que trocaram forçosamente a África, pela Amazônia: “[...] até o fim do século XVIII, desde a efetiva regularidade do tráfico negreiro em 1756, os cativos totalizavam 35. 597 indivíduos, sendo 17.627 entre 1756 e 1778, e 17.790 entre 1778 e 1800...” (NETO, 2012, p. 108).

2.1 A ESCRAVIDÃO NA AMAZÔNIA COLONIAL

Sob o ponto de vista estratégico da economia da colônia brasileira em benefício da Coroa Lusitana, é possível enfatizar que a escravidão, trouxe poucos benefícios, ainda, considerando que, um dos obstáculos não era a quantidade de escravos e sim, as barreiras naturais provocadas pela quase que impenetrável floresta. Sendo assim, é possível também concordar com a opinião na época, do jornal *Estrella do Amazonas*, n.º 140, 16 de abril de 1856(p. 4):

Quando se trata de escravidão na Amazônia, o mais comum é iniciar com uma ressalva. A maioria dos trabalhos assegura que o uso da escravidão negra foi pouco significativo na economia amazônica do século XVII e primeira metade do século XVIII.

Verifica-se, que a escravidão de negros na Amazônia, não se desenvolveu economicamente, segundo as expectativas dos “proprietários” dos escravos. Pouco significativa, que nos leva a formar a idéia de que seu custo era elevado, o que a tornava inviável para os padrões de logística utilizados naquele período para o deslocamento e principalmente a adaptação do negro a Amazônia.

Segundo um dos principais historiadores amazônicos, Artur César Ferreira Reis (1965, p. 146), os registros em torno da escravidão negra nesta região, denotam ao final do século XVI e início do XVII, como se constata a seguir:

As primeiras referências quanto à presença de escravos africanos na Amazônia [...] dão conta de sua introdução em 1692 por iniciativa holandesa na região do Oiapoque [...] mais precisamente na costa do Macapá, para dar início ao plantio de cana-de-açúcar em finais do século XVI e início do XVII.

Mesmo que consideremos a escravidão colonial gestada pelos portugueses, segundo expõe Reis (1965), não foram estes que iniciaram tal empreitada, e sim os não mesmos, influentes, holandeses, que marcaram sua presença no extremo norte do Brasil, através da costa do atual estado do Amapá. A intenção era óbvia escravizar para movimentar as engrenagens econômicas estabelecidas pelo plantio e pela produção de cana de açúcar. Sendo assim, consideramos que os primeiros a estabelecer a história da escravidão na Amazônia, foram os holandeses.

Os portugueses, como senhores e 'donos' da colônia brasileira, estabeleceram uma política diferenciada para a escravidão na Amazônia, primeiro expulsaram holandeses e ingleses, em seguida, escravizaram e enviaram negros de diversos lugares do continente africano. Registros apontam, que no princípio, esse envio de escravos não era sobre um contingente considerável, e sim sobre uma parcela que embora pequena, já definia claramente as intenções de Portugal, como se observa nos dados absolutos, pesquisados pela historiadora Rosa Acevedo Marin (1985, p. 56) entre os anos de 1792 a 1797: "Angola 44; Benguela 26; Mandinga 14; Congo 13; Cabinda 9; Caçange 8; Manicongo 7; Mina, Rebolo e Moçambique (cada) 5; Fulupo 4; Bijagó 2; Nagô 2 e De nação 12..."

Salienta-se que o desembarque dos escravos se dava no Pará, e envolvia negros de etnias variadas. Nota-se também que neste registro, são mais de uma centena de escravos, introduzidos na Amazônia Colonial, o que indica que a intenção era obter grandes lucros, o que de fato, a história nos mostra que não foi bem assim. Reis (1965) aponta que a época, cada escravo negro introduzido na Amazônia 'valia' 155 mil réis/peça.

Outro historiador Salles (1971) não discorda com a cronologia estabelecida por Reis (1965, p. 146) e sobre os dados absolutos de Marin (1985), no entanto, relata que a introdução do negro, agora, especificamente para o Pará, é bem mais remota, ou seja, metade do século XII e se estendendo ao início do século XIX, a saber:

[...] o mercado de compra de escravos de origem africana era pequeno. [...] o processo de transferência de cativos da África para o Pará ocorreu dentro de uma periodização bastante dilatada iniciando na segunda metade do século XII e se estendendo até o início do século XIX.

Nota-se que o mercado de escravos na Amazônia, de fato era limitado, se comparado com o mercado de escravos das regiões sudeste e nordeste do Brasil. Isso, as distâncias na Amazônia eram dificultadas pela única forma de acesso, no caso fluvial, e acentuando-se com uma única via, no caso, a cidade de Belém, no Estado do Pará, e assim prolongou-se até o século XIX, quando foi abolida a escravidão em todo território brasileiro.

Transportando esta discussão para o Estado do Amazonas, nota-se que o número de escravos negros era ainda mais reduzido. Considerando que a entrada era por Belém, no entanto, o destino final era Manaus, muito mais distante, isso onerava consideravelmente o valor de um único escravo, que em Belém era de 155 mil réis, estima-se que praticamente dobrava de valor, até que este mesmo escravo aporta-se na cidade de Manaus. É determinante considerar que a cultura escravagista no Brasil, em especial na Amazônia, tinha o seguinte caráter, segundo, Freitas (s/d, p. 4):

O escravismo também acompanhava os passos dos colonos lusitanos. Porém, devido a vários desentendimentos entre os portugueses e os jesuítas, iniciasse um processo de substituição da força do trabalho indígena pela força braçal do negro.

O escravismo tornou-se uma identidade lusitana, e entre os próprios lusitanos, houve desentendimentos quanto ao objetivo da escravidão na Amazônia, de um lado os exploradores, com a intenção de enriquecer o mais rápido possível, transferindo para Amazônia, o ideal de prosperidade que teria as Índias. No oposto, e não menos ambiciosos os religiosos jesuítas, que também tinham objetivos econômicos. Em comum, a luta, era substituir a escravidão indígena pela escravidão negra. No ano de 1775, ainda segundo as pesquisas realizadas por Freitas (s/d), havia na Amazônia, 193 (cento e noventa três) escravos negros no ano de 1775 entre os atuais estados do Amazonas, Roraima e Rondônia.

Ao final do século XVIII os indivíduos escravizados representavam 20, 80% do total da população amazônica, percentual bem inferior ao da Província de Minas Gerais que apresentava 47,99% da população [...] Capitania São

José do Rio Negro que possuía apenas 3,29% de indivíduos escravizados...
(FREITAS, s/d, p. 6).

Observa-se que as discussões são bem específicas quanto ao número de escravos na Amazônia e mais ainda a escravidão na Capitania São José do Rio Negro. Vê-se também que os dados revelam que era insignificante o percentual de escravos na supracitada Província. Isso denota que, a escravidão negra na Amazônia, de fato existiu, porém com uma intensidade de escravos mínima. Mais tarde, com a falência da 'indústria escravagista lusitana', vimos que o pontapé inicial em torno da libertação dos cativos, aconteceu no Amazonas, através de políticas públicas através de diversas Cartas de Alforrias a partir de abril de 1871.

Os escravos introduzidos na Amazônia, no Estado do Pará ou no Estado do Amazonas, ou em Roraima ou Rondônia, eram utilizados em diversas funções como apontam Vergolino e Silva (1971, p.32) *apud*, Figueiredo (1973, p. 149):

[...] ainda refere que a mão-de-obra escrava não era apenas utilizada na cidade de Belém e cercanias. Vamos encontrar essa mão-de-obra espalhada por toda a Amazônia. Em Belém, os escravos eram utilizados para os serviços domésticos (cozinheira, costureira, ama-seca, criada de servir), como integrantes de bandas marciais, porteiros do Legislativo, nas construções navais, nas olarias, nos serviços urbanos e de transporte, enfim, os serviços que lhes eram atribuídos por seus possuidores, tais como amassadeiras de açaí ou vendedora de tacacá, pedreiros, ferreiros, sapateiros, carpinteiros, escultores, torneiros, alfaiates e tecelões.

Todas as profissões exercidas pelos escravos eram para o conforto da elite dominante, o negro amazônico, além de escravo, era um instrumento de luxo. Ter um ou mais escravos era um status social, e as ocupações dos negros, votavam-se para profissões sem grande retorno, pelo para os próprios negros. Com o fim da escravidão, pouca ou quase nada mudou, o negro continuou a ser explorado, com os baixos, para não dizer míseros salários, condições muitas das vezes insalubres, e vivendo em condições mais degradantes. Era de fato, uma política de exclusão e ao mesmo tempo de necessidade da mão de obra do negro. Os escravos eram tratados como mercadoria importada, e sua entrada na Amazônia se dava da seguinte maneira como reafirma Figueiredo (1973, p. 150): “[...] Belém não era apenas porto de entrada de escravos africanos para o vale amazônico, porém, sua função principal foi a de ser centro distribuidor dos mesmos para toda a região.”

Outro aspecto histórico de grande relevância sobre a escravidão negra na Amazônia Colonial é destaque da Revista Universidade de São Paulo – USP (1996,

p. 46), com a influência da política pombalina que acabou facilitando, o ingresso do negro a partir do seguinte argumento:

Era nessa época, principalmente na chamada “era pombalina”, entre 1751 e 1759, que começava a se avolumar a entrada de escravos africanos nesta região. Este comércio foi, inclusive, facilitado pelas atuações da Companhia Geral de Comércio e da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Só na área de Macapá dizia-se existir cerca de 750 escravos africanos em 1788...

Verifica-se entre os anos de 1751 a 1759, o auge da política pombalina para Amazônia, se avolumou o número de escravos negros, segundo os dados apurados, só na área de Macapá, havia um total de 750 escravos negros (ano 1788), um valor considerável, se levado em conta as dificuldades de acesso a região, que acabava influenciando no valor final do escravo negro.

É preciso que se compreenda que o negro foi sim elemento importante para a economia amazônica no período colonial, como se observa abaixo, segundo Bezerra Neto (2012, p. 142):

[...] os escravos negros não apenas figuraram, em determinadas conjunturas, enquanto uma parte expressiva da população da Amazônia, como também constituíram, até pelo menos os meados do século XIX, uma força produtiva de grande importância, sobretudo para a agricultura e a pecuária regionais.

Denota-se que os escravos negros foram determinantes para a força motriz do trabalho em atividades que exigiam grande esforço físico, como agricultura, especificamente atuando na monocultura da cana-de-açúcar para a conseqüente produção do açúcar que era exportado em larga escala para Europa. Na pecuária, a criação de gado, era uma atividade que também exigia bastante esforço físico, exposição ao sol, uma rotina estafante de trabalho. E em virtude dessa realidade e do vigor e saúde física do negro, sua participação acabou se destacando mesmo em um cenário com forte influência de outra escravidão, no caso indígena. Porém, historiadores como Bezerra Neto (2012) indicam que as pesquisas em torno da escravidão negra na Amazônia, ainda são limitadas, ou seja, há ainda um tema, que precisa ser desvelado mais acentuadamente.

Cabe frisar que os registros históricos, indicam claramente que a Capitania de São José do Rio Negro durante o século XVIII, que anos mais tarde se transformaria no estado do Amazonas, tinha algumas vilas, pequenos núcleos humanos, mas, de

acordo com Bezerra Neto (2012), eram: “habitados por moradores brancos [...] por sua vez, apresentava uma economia dinâmica [...] coleta das drogas do sertão, na segunda metade do século XVIII...” Observa-se criticamente que para movimentar a economia das drogas dos sertões era necessário além dos indígenas outrora escravizados também, o auxílio de outro contingente de escravos, agora, os negros, advindos da ‘mãe’ África.

Os vários números indicados sobre a quantidade de escravos negros na Amazônia Colonial requer uma análise complexa e detalhada, cada historiador, quase sempre apresenta dados diferentes, fontes diferentes, e isso vem contribuindo para tantas discussões em torno do total absoluto. Nesse liame, Mello (2016, p 12) diz que em média 600,7 escravos negros ingressaram na Amazônia entre os anos de 1751 a 1787, apresenta ainda dados relevantes, por exemplo, o número de escravos entre as Capitanias do Grão-Pará e de São José do Rio Negro entre os anos de 1788 a 1815:

[...] ingressaram 22.481 escravos no Grão-Pará e no Rio Negro; a maioria deles se estabeleceu no Pará. Já entre 1788 e 1815, estima-se que 17.072 escravos ingressaram nessas regiões, nos mesmos termos explicitados anteriormente...

Era na época um contingente expressivo de escravos negros, no entanto, para a dimensão geográfica da região amazônica como um todo, esse total seria limitadíssimo. Cabe salientar que os dados acima, representam um levantamento de um período compreendido por pouco mais de quatro décadas. Assim este número pode ser considerado mínimo, muito embora, se entenda que a grandiosidade do trabalho do escravo negro, era de fato uma característica particular.

No entendimento de Virgolino e Figueredo (1990, p. 27-31) a participação do negro escravo, de fato foi pouco expressiva sob o ponto de vista da grandiosidade da região em relação ao número de escravos, como outrora argumentou-se neste capítulo,

[...] a baixa densidade demográfica de negros na região e o modesto impacto na economia regional justificariam a atenção dispensada pela historiografia. Porém, de mão as ressalvas e especificidades que caracterizam a região, não podemos aceitar o “vazio humano [de negros] com que sempre se caracterizou a região.

De fato, se concorda com os autores, a historiografia apresenta exatamente o que se menciona, um grande território para um número limitado de escravos negros, apesar de constatar o destaca concedido por Melo (2006). Para tanto, é preciso também analisar que o fator de fato preponderante nesta discussão foi a intenção econômica com baixo investimento, daí a ilusão do escravo negro, como forma de manter essa utopia de grande e vultosos lucros em curto espaço de tempo, a partir de cultivos como a cana e a extração da floresta das conhecidas “drogas do sertão” em substituição a outra utopia, substituição das Índias. Nesse sentido, apresentamos a crítica de Pozza Neto (2011, p. 31) sobre a escravidão negra empreitadas pelos lusitanos não só na Amazônia como em toda colônia brasileira e em todas as demais distribuídas pelo mundo:

[...] no Novo Mundo lusitano, a escravidão negra, por mais de três séculos, constituiu-se uma prática corrente, aceita e estimulada pelas mais diferentes classes sociais. As questões étnicas, raciais, religiosas e econômicas serviram de argumentos contundentes para sua continuidade.

Era assim a filosofia lusitana, uma linha de pensamento de uma contundente discriminação sobre a raça negra, considerada por séculos, inferior, assim como os indígenas também eram considerados selvagens, e como tal precisavam ser domesticados pela ‘boa’ índole portuguesa. Os argumentos econômicos, religiosos, etc., funcionavam como uma justificativa, que podemos chamar de errada, e que esse erro tornou a escravidão negra na Amazônia em um grande problema, pois, deveria seguir o mesmo modelo dos anti-abolicionistas do nordeste e sudeste do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema REFLEXÕES AO ENTORNO DA ESCRAVIDÃO, expôs um dos capítulos que exige do historiador uma reflexão constante, não só pelo fato da escravidão ter contribuído para o sofrimento, mas também por indicar as consequências de uma escravidão que contribuiu para aumentar as graves atitudes e a severidade de ações discriminatórias e de uma pretensa superioridade da raça européia (branca) em relação a negra (africana). Essa imagem se constitui uma das heranças 'lusitanas' que fazem parte da identidade étnico-cultural do povo brasileiro. Hoje, é quase impossível dissociar a imagem do negro as situações de preconceito, discriminação etc.,no entanto, o que ainda requer aprofundamento é quanto as origens históricas de tais fatos.

Este Trabalho conseguiu atingir seus objetivos, vimos que a escravidão negra na Amazônia foi um fato que mereceu e merece atenção, tendo em vista sua intencionalidade econômica, ou seja, explorar a mão de obra negra como elemento fundamental da engrenagem econômica na Amazônia Portuguesa Colonial. No entanto, as frustrações se deram pelo elevado investimento e pela complexa logística de integração do negro a floresta. Reconhecemos que os motivos reais e únicos para o ingresso do negro enquanto escravo na Amazônia era somente econômico, mesmo que o negro desconhece a região. Por fim, identificamos que no Brasil Colonial a política escravocrata trouxe malefícios que não podem ser superados com o "desculpe", são elementos de uma política de perseguição e de

sofrimento para o negro, que nem mesmo na Amazônia, conseguiu livra-se ou amenizar-se dos fardos pesados de exploração humana.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína; FIGUEREDO, Luiz Carlos. *A formação do Império Português*. São Paulo, Atual, 1988.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2012.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Made in África*. São Paulo, Global, 2001.
- CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. *Uma viva e permanente ameaça: resistências, rebeldias e fugas escravas no Amazonas Provincial*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- CHIZZOTI, Antônio. *Pesquisas em ciências humanas*.14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- FIGUEIREDO, Napoleão. *Estudos sobre a Cultura Portuguesa em Portugal e no Brasil*.Mrs., 1973.
- FREITAS, Maria Claudenice Lopes. *A presença negro-africana no Amazonas: influências históricas e culturais*. Universidade do Estado do Amazonas. Pós-graduação em Metodologia do Ensino de História, s/d.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes raças e democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2013.
- LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. *Não somente indígenas como também africanos: uma introdução à demografia do Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1778-1823)*. Revista Maracanan n.15, jul/dez 2016.

NETO POZZA, Provino. *Ave libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. Dissertação em Mestrado: Política, Instituição e Práticas Sociais. Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2011.

NETO, José Maria Bezerra. *Escravidão negra no Grão-Pará: séculos XVII-XIX*. 2 ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

RAMOS, Artur. *As culturas negras do novo mundo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1994.

REIS, Arthur C. Ferreira. *Tempo e Vida na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdades na Colônia*. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. *História do Brasil: teoria e prática*. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2006.

SILVA, Francisco de Assis. 1937. *História do Brasil: Colônia, Império, República*/ Francisco de Assis da Silva. - - São Paulo: Moderna, 1992.

SOUZA, Marina de Mello. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2009.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*. Belém: APP/SECULT, 1990.